

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte CORREIO BRAZILIENSE Class.: 28

Data 16/06/70 Pg.: 04

00554

Esclarecendo episódios relacionados com sua exoneração da Fundação Nacional do Índio, o jornalista José de Queiroz Campos enviou-nos o seguinte documento, que informa ter encaminhado também ao "Jornal do Brasil":

"Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1970.

Rmo. Sr. Alberto Dines - Editor-Geral do "Jornal do Brasil". - Por mais que me merecesse o "Jornal do Brasil", para quem trabalhei como repórter parlamentar, em Brasília até 1961, não poderia ter satisfeito, imediatamente, sua curiosidade ao denunciar "corrupção na FUNAI", a propósito de ocorrências na Ilha do Bananal. E que, na oportunidade em que as sucursais em Brasília, fossem concebidas matutino e do não menos respeitável "O Estado de São Paulo" encaminhavam às suas redações três matérias relativas ao assunto - veiculadas, assim, pelas duas, com inteira exclusividade - eu me encontrava no território indígena controlando o apoio logístico à missão da Cruz Vermelha Internacional e acompanhando uma visita do Dr. Aguirre Beltran, presidente do Instituto Interamericano de Indigenismo.

Tratava-se de matéria CONFIDENCIAL.

E que, como já expliquei em nota anterior à imprensa - esta, sim, divulgada por todos os jornais - tôdas as sindicâncias e inquéritos, na minha gestão, envolvendo funcionários da FUNAI, sempre tiveram o timbre de "reservado" ou "confidencial".

Essa determinação se justificava porque a abertura à curiosidade pública do famoso inquérito do SPI, ainda em sua fase probatória, resultou num escândalo internacional que o Brasil levou dois anos a esclarecer, com um dispêndio que seria muito mais proveitoso se feito em benefício dos nossos desventurados irmãos Índios. Além do mais, alguns dos pontos, até com prisão e demissão, retornaram à FUNAI por mandado judicial.

O que não é um ressarcimento completo de dano moral, desde que a imprensa não ofereceu uma linha a essa reparação.

Ora, pior do que a mentira - na nossa sagrada missão de bem informar o leitor - é a meia verdade. Seu repórter teve acesso imediato a certas fontes reservadas, mas ou não leu tudo ou só lhe confiaram o bastante para atingir a reputação de um velho colega, porventura elevado a transitória missão de Presidente da FUNAI, sem nenhum serviço anterior à causa indigenista sendo o de ter colaborado nos estudos da lei que criou a Fundação e na elaboração dos estatutos que tentaram consolidá-la.

## A SINDICANCIA

A sindicância da Ilha do Bananal foi uma das muitas abertas na minha gestão. Criado um Fundo Rotativo, para o custeio de um

Reembolsável, destinado a atender às necessidades dos Carajás e dos funcionários, foi designada a assistente Cecília de Queiroz Campos - funcionária codida à FUNAI, com vencimentos, pelo Governo de Brasília - para cuidar do seu abastecimento. Anteriormente, a pedido do Diretor de Assistência, prestara ela outros serviços naquele setor. Houve um desentendimento entre os dois, acusada aquela assistente de "interferir na administração do Hospital".

Del ordem, imediatamente, ao Diretor de Administração, para não deferir qualquer passagem da mesma para a Ilha, o que foi cumprido.

O Diretor de assistência denunciou-a, por escrito, por ingerência indevida no Hospital do Índio, pela venda de carne a funcionários e de outras mercadorias aos Índios. Recebida a denúncia, imediatamente, no mesmo dia, despachei-a ao Diretor de Administração, determinando uma sindicância reservada. Dias depois, entrel de licença para submeter-me a uma intervenção cirúrgica, ficando quarenta dias ausente da FUNAI. Ao regressar, encaminhei a sindicância, em documento confidencial ao Senhor Ministro de Estado do Interior, manifestando-lhe minha suspeição necessária e pedindo que, ouvida sua Consultoria Jurídica, abrisse o competente inquérito, atendido o denunciante, que pedira "uma comissão de alto nível".

Se deferido o pedido estaria implícito o meu afastamento.

Mas, até o dia em que deixei a FUNAI, não se tomara aquela decisão. "VENDA ILEGAL".

Diz o "Jornal do Brasil", em sua edição de hoje, à página 4 do primeiro caderno: "A irmã do Sr. Queiroz Campos é a encarregada da cantina do Bananal, e foi denunciada ao SNI e ao Ministério do Interior - como responsável por contrabando e venda ilegal de gado indígena, acusações comprovadas pelo próprio General Bandeira de Melo".

Ignoro a venda ilegal de gado indígena naquele Parque. Esse fato não consta da denúncia que me foi encaminhada. Sei, apenas, da cessão onerosa ao Destacamento da FAB no Parque Indígena - do Araguaia, pelos administradores, em Santa Isabel do Morro. O que houve, duas vezes, foi a tentativa de licitação.

Trata-se de um rebanho, orçado em quase três mil cabeças de gado curraleiro Nelore, em processo de decadência. Pretendia-se renovar o plantel e não havia recursos orçamentários. Se a produção de carne era suficiente para que fosse servida, duas vezes por semana, gratuitamente aos Carajás e onerosamente aos funcionários, a de leite era precária, sendo necessário, por vezes, - apelar-se para o fornecido pela "merenda escolar", desde que o leite é ingerido preferentemente pelas crianças.

Na primeira vez, não compareceram licitantes. Na segunda, elaborada pela Secretária Executiva da FUNAI, o meu substituto eventual (encontrava-se hospitalizado) foi obrigado a suspender a licitação, diante de informações segundo as quais o gado valia mais do que o preço oferecido. Assim, também, não se realizou o segundo leilão de gado na Ilha do Bananal.

## Fundação Nacional do Índio

Deve existir o abigeato. Impossível vigiá-lo eficientemente, com três mil réses espalhadas em mais de dez mil quilômetros quadrados. Daí a necessidade de redução e melhoria do rebanho, preso em currais e pastagens cercadas, providências já iniciadas. Era administrador de uma fazenda em Goiás, quando foi convidado para aquele posto, em que teve destacada atuação.

Finalmente, o último citado, em reportagem anterior do "Jornal do Brasil" um incidente entre bolsistas e o então administrador do Parque Indígena do Araguaia Sr. Gilvan Cavalcanti. Não se trata de um desempregado, como fez crer a notícia. Ex-prefeito em Pernambuco e bastante conhecido do Ministro Costa Cavalcanti.

Certa feita, há quase um ano, uma dezena de bolsistas, inclusive uma jovem, se deslocou aos diversos pontos da Ilha para Santa Isabel do Morro. Hospedados pelo administrador, certo dia, no alojamento ingeriram bebidas alcoólicas, espancaram a bolsista e dispararam dois tiros de revólver. No dia seguinte ameaçavam incendiar a Escola de Indigenismo, quando o administrador foi contê-los.

Cantavam um improviso, cujo refrão era "Nós somos alunos de 'Che-Guevara'". Um deles estava armado, pois fizera disparos no dia anterior. O administrador foi armado e, na primeira provocação, fez disparos para o ar, disparando a turma. Estava eu na Guanabara, quando recebi notícia de que um bolsista fora baleado. Dirigi-me imediatamente a Brasília, mandei submetê-lo a exame médico e ficou constatado não existir em seu corpo orifício de entrada ou saída de projétil de arma de fogo, negativa - também a radiografia. O inquérito foi aberto, afastado o administrador, que prestou depoimento à Polícia de Goiás. Não se registrou queixa-crime de nenhuma vítima e todos aqueles bolsistas foram afastados.

Divulgou, também, o "Jornal do Brasil", o discurso de um deputado mineiro, acusando a FUNAI de despejar mil colonos para dar terras a dois Índios. Trata-se do Krenak, uma área de quatro mil hectares, doada pelo presidente Artur Bernardes em 1920, àquelas remanescentes indígenas. O extinto SPI promoveu o arrendamento, no princípio religiosamente pago. Depois, além de recusarem o pagamento ingressaram com uma ação judicial, para limitarem-se na propriedade da terra. A FUNAI tinha que defender a posse indígena e para isso contratou um dos melhores advogados de Minas Gerais o Professor Alberto Deodato Filho. Os interessados foram aos jornais durante uma semana e o presidente da FUNAI lhes respondeu: também pela imprensa, assinalando que não pretendia criar uma "questão social" (velha alegação de ci-

## COMPORTAMENTO DA GRIN

Também veicularam-se notícias que comprometem o comportamento da Guarda Rural Indígena na Ilha do Bananal. Quanto ao destacamento que serve em Canoanã (Rio Javari), apenas prendeu um civilizado que assassinara outro, em território indígena, encaminhando-o à Polícia de Goiás, que o ouviu e liberou.

A primeira turma da GRIN formou-se a 5 de fevereiro, em Belo Horizonte, parainiciada pelo Ministro Costa Cavalcanti. Antes, porém, havia uma guarda em Maxacalis, onde o capitão Manuel dos Santos Pinheiro, atualmente no comando da GRIN, encontrara aqueles Índios como assaltantes de estradas e, graças ao policiamento que instituiu, com Índios e soldados da Força Pública de Minas Gerais transformou a comunidade numa Fazenda Escola.

Antes uma sucessão de incidentes na Ilha do Bananal, de que resultou o afastamento do seu administrador, apelou-se para aquele policiamento, enquanto se formava a primeira turma da GRIN. Preso um ladrão de gado, o comandante do Destacamento, um sargento da Polícia mineira, praticou desmandos e violências. Foi afastado o destacamento e exemplarmente punido o seu comandante. Aquêl fato ocorreu quando eu me encontrava hospitalizado e as providências foram tomadas depois que reassumi a presidência da FUNAI.

As demais ocorrências com a GRIN, positivas ou negativas (têm havido punições e até duas exclusões) podem ser relatadas, pelo capitão Pinheiro, que prometeu concluir, este mês um relatório a respeito da conduta da Guarda Rural Indígena nos seus quatro primeiros meses de existência.

Deve-se assinalar que um grupo Xerente dá GRIN é que conseguiu, recentemente, conter os Xavantes de Arêdes, que pretendiam incendiar as casas dos fazendeiros ocupantes de suas terras.

Finalmente, o último citado, em reportagem anterior do "Jornal do Brasil" um incidente entre bolsistas e o então administrador do Parque Indígena do Araguaia Sr. Gilvan Cavalcanti. Não se trata de um desempregado, como fez crer a notícia. Ex-prefeito em Pernambuco e bastante conhecido do Ministro Costa Cavalcanti.

Certa feita, há quase um ano, uma dezena de bolsistas, inclusive uma jovem, se deslocou aos diversos pontos da Ilha para Santa Isabel do Morro. Hospedados pelo administrador, certo dia, no alojamento ingeriram bebidas alcoólicas, espancaram a bolsista e dispararam dois tiros de revólver. No dia seguinte ameaçavam incendiar a Escola de Indigenismo, quando o administrador foi contê-los.

Cantavam um improviso, cujo refrão era "Nós somos alunos de 'Che-Guevara'". Um deles estava armado, pois fizera disparos no dia anterior. O administrador foi armado e, na primeira provocação, fez disparos para o ar, disparando a turma.

Estava eu na Guanabara, quando recebi notícia de que um bolsista fora baleado. Dirigi-me imediatamente a Brasília, mandei submetê-lo a exame médico e ficou constatado não existir em seu corpo orifício de entrada ou saída de projétil de arma de fogo, negativa - também a radiografia. O inquérito foi aberto, afastado o administrador, que prestou depoimento à Polícia de Goiás. Não se registrou queixa-crime de nenhuma vítima e todos aqueles bolsistas foram afastados.

Divulgou, também, o "Jornal do Brasil", o discurso de um deputado mineiro, acusando a FUNAI de despejar mil colonos para dar terras a dois Índios. Trata-se do Krenak, uma área de quatro mil hectares, doada pelo presidente Artur Bernardes em 1920, àquelas remanescentes indígenas. O extinto SPI promoveu o arrendamento, no princípio religiosamente pago. Depois, além de recusarem o pagamento ingressaram com uma ação judicial, para limitarem-se na propriedade da terra. A FUNAI tinha que defender a posse indígena e para isso contratou um dos melhores advogados de Minas Gerais o Professor Alberto Deodato Filho. Os interessados foram aos jornais durante uma semana e o presidente da FUNAI lhes respondeu: também pela imprensa, assinalando que não pretendia criar uma "questão social" (velha alegação de ci-

vilizado quando quer tomar terra de Índios mas os lavradores - sem outras terras, ganha a causa pela Fundação, permateceriam, desde que pagassem o arrendamento. Procurei-me em Brasília o prefeito de Resplendor e ficou muito satisfeito com uma proposta que lhe fizemos: trocar o Krenak por um Parque Florestal do Estado de Minas Gerais de área superior, comprometendo-se a FUNAI a defender sua conservação como reserva florística e faunística.

Mais grave, porém, é o problema dos Xavantes: Tôdas as suas terras em Mato Grosso estão "tituladas" por civilizados fazendeiros. Há uma "tábula rasa" do artigo 195 da Constituição vigente. Antes de deixar a Presidência da Fundação, já havia determinado ao Departamento Jurídico que encaminhasse toda a documentação referente ao assunto ao Procurador da República, a quem cumpre defender os bens domaniais entrando a FUNAI como "listisconsorte" nessas ações. O mesmo disse que se fizesse com relação à Fazenda Tereza Cristina, que teve metade da sua área apropriada por civilizados em prejuízo dos Índios.

A última parte desta longa explicação já não se refere ao "Jornal do Brasil". Trata-se de comentário feito pelo Sr. Noel Nutels, numa entrevista a "O Pasquim", a respeito da transferência dos Índios Suia do Rio Arinos para o Parque Indígena do Xingu. Aquêles Índios tiveram os primeiros contatos, há quatro anos com Jesuítas da Missão Anchieta, na Prelazia de Diamantina. Ainda quando Delegado Ministerial da FUNAI, tive conhecimento de que várias firmas paulistas haviam obtido títulos das suas terras. Pedi a interdição da área, para promover o seu aldeamento, confiando a missão ao Padre Antônio Iási Júnior pela Autorização número 2, de 1968. A área interditada era de treze mil quilômetros quadrados (afirmavam-se haver centenas de Índios) o que sucitou uma campanha de imprensa dos funcionários contra a FUNAI. No ano passado, um sertanista dos quadros da Fundação, foi lá apurar o número de remanescentes indígenas. Mas levou consigo jornalistas. Um deles, gripado, recusou-se a sair da área, morrendo, pelo contágio, algumas dezenas de Índios. Restavam em abril, 44, todos gripados. Num difícil operação, que durou 14 dias, foram removidas três crianças para a Guanabara, tôdas as demais para o Xingu. Não morreu nenhuma; 4 médicos e 2 enfermeiras curaram-nas naquele Parque, que é uma obra imprecifável dos irmãos Villas Boas.

Quanto às terras abandonadas pelos Suia, cabe a União resolver o problema. E assunto da competência do Procurador-Geral da República.

Escuso-me da longa explicação. Não lhe val em nome do "direito de resposta" mas por ser a verdade inteira que conheço. Fale quem conhece mais. Agradecido, "eis-corde". (Ass.) José de Queiroz Campos.

00555